

O CANTO ORFEÔNICO EM REVISTA: MINAS GERAIS (1932 - 1938)

Ismael Krishna de Andrade Neiva

FaE – UFMG

Eixo temático nº 3 - Cultura e práticas escolares

A presente comunicação é parte de uma pesquisa desenvolvida no mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, no âmbito do Grupo de Estudo e pesquisa em História da Educação (GEPHE). Esta pesquisa visa investigar, a partir de uma perspectiva histórica, a implantação e consolidação da educação musical em Minas Gerais, mais notadamente do canto orfeônico como disciplina escolar, durante a primeira metade do século passado e a relação desse processo com as diversas reformas educacionais ocorridas no período delimitado, contextualizando essas reformas dentro dos quadros políticos apresentados pela historiografia.

O objetivo desta comunicação é apresentar uma análise dos artigos sobre a disciplina Canto Orfeônico, publicados na Revista do Ensino no espaço de tempo delimitado entre os anos 1932 e 1938. A Revista do Ensino¹, periódico dirigido aos professores mineiros, principalmente dos ensinos primário e normal, foi colocado em circulação pela Diretoria de Instrução do Governo do Estado de Minas Gerais a partir de 1925, objetivando a divulgação de novas metodologias e concepções de ensino. Prestou-se a manter, até os anos 1940, como um espaço para discussões constantes sobre, dentre outros temas, a educação musical escolar. Na referida publicação escreveram algumas das mais expressivas autoridades mineiras sobre o assunto em pauta, assim como foram constantes as traduções de artigos publicados em periódicos estrangeiros especializados.

A partir do marco cronológico deste trabalho, percebe-se a presença de artigos específicos sobre o canto orfeônico, inseridos em um contexto sócio-político e cultural condizente com as mudanças e transformações ocorridas durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Nesta fase de intensa exaltação nacionalista, a educação escolar foi um dos meios encontrados de promoção da propaganda do governo, repleta de ideais cívicos, morais e patrióticos (GALINARI, 2004, p. 25).

¹ Sobre a Revista do Ensino, Maurilane de Souza Biccas defendeu uma tese de doutorado na USP, em 2001 intitulada “O impresso como estratégia de formação de professores(as) e conformação do campo pedagógico em Minas Gerais: o caso da Revista do Ensino (1925-1940)”. Este é um estudo bem completo acerca deste importante periódico mineiro cuja edição, segundo Biccas, serve para compreender como o campo pedagógico mineiro foi sendo conformado a partir das estratégias dos editores da Revista, publicada entre os anos 1925 e 1971.

Os estudos sobre a educação dos sentidos e experiências sobre o canto coral são anteriores ao tema delimitado por esta comunicação. Essa afirmativa pode ser comprovada pelos pareceres de Rui Barbosa sobre a reforma da instrução entre 1822 e 1866². A obra de Barbosa foi muito importante para o avanço das idéias pedagógicas no Brasil, principalmente na primeira metade do século XX. Suas idéias chamaram a atenção dos educadores brasileiros para a importância de uma educação estética para o povo, formando uma nova mentalidade brasileira que se ajustaria às transformações políticas, sociais e econômicas, necessárias para a modernização da república. Mas seu legado se fez mais presente durante o período compreendido entre as décadas de 1920 e 1940, que pode ser considerado como o de consolidação da educação musical escolar enquanto disciplina (OLIVEIRA, 2004, p. 67).

Durante esses anos, a educação musical cumpriu determinados objetivos relacionados ao momento sócio-político-cultural que atravessava o país. È facilmente observado pela historiografia³, que as elites intelectuais e políticas brasileiras se empenharam em construir variadas e diferentes imagens e projetos de nação brasileiros. Essas tentativas se justificam pela necessidade de unificar uma nação de proporções continentais, com contextos sócio-culturais heterogêneos, que faziam com que os laços identitários regionais superassem o sentimento de brasilidade ainda pouco desenvolvido no imaginário popular.

Com a proclamação da República, essa necessidade se tornou mais urgente, pela necessidade de se consolidar o novo regime. Para tanto, coube à educação um papel importante nesse processo de afirmação do projeto republicano de nação. Foi instaurado um intenso debate no meio educacional, relacionado à formação de novos ideais cívicos para as massas, condizentes com uma sociedade que pretendia ser moderna e renovadora. Neste período foram várias as preocupações com a educação estética das populações, principalmente as urbanas. Tais preocupações se fizeram presentes, principalmente na organização dos conteúdos, dos tempos e espaços escolares e também no planejamento dos traçados urbanos e nos eventos capazes de promover na população sentimentos e emoções estéticas. "As cidades precisariam tornar-se um local de deslocamento, de trabalho, mas

² BARBOSA, Rui. Reforma do ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946. v. X, Tomos I, II e III.

³ Autores como Boris Fausto, Helena Bomeny, Eliana Dutra, Ângela de Castro Gomes e Simon Schwartzman, dentre vários outros que também contribuem para os estudos acerca do período republicano no Brasil.

também de culto à pátria, e comunhão cívica, da recepção estética, do cultivo do belo, da harmonia e da ordem" (VEIGA, 2000, p. 401).

Insere-se nesse processo o canto orfeônico, amplamente influenciado pelas idéias higienistas ao lado dos argumentos de caráter estético, cívico e moral. O canto orfeônico tem características próprias que o distinguem do canto coral erudito. Trata-se de uma prática coletiva em que se organizam conjuntos heterogêneos de vozes variadas. Nesses grupos não se exige conhecimento musical ou treinamento vocal dos seus participantes. O canto coral erudito, por sua vez, exige não só conhecimento musical e habilidade vocal, como também vozes rigorosamente distribuídas e um rigor técnico-interpretativo mais elevado.

A partir de 1921 a posição do governo de São Paulo era francamente favorável ao ensino de música nas escolas públicas. Na década de 30, a iniciativa alastrou-se por todo o país e o movimento pela implantação do canto orfeônico tomou grande impulso com a adesão de Villa-Lobos.

O projeto de implantação do canto orfeônico, conduzido então pelo maestro Heitor Villa Lobos, se ajustou perfeitamente aos interesses do governo Vargas. A Revista do Ensino atua, neste período, como divulgadora e propagadora de técnicas e metodologias de ensino adequadas ao canto orfeônico, além de explicitar a atuação oficial do maestro, conforme citação de Branca de Carvalho Vasconcelos, professora da Escola Normal Modelo de Belo Horizonte e autora do Cancioneiro Escolar⁴, obra que reuniu um enorme repertório de canções e hinos que foram executados nas escolas do Estado de Minas Gerais.

“Vemos agora, com satisfação, o empenho com que também se acham as autoridades escolares do Distrito Federal, onde está sendo atualmente organizado o serviço de música e canto orfeônico nas escolas Normal, Profissional e Primárias, trabalho esse sob a direção artística, pedagógica e energética do maestro Villa-Lobos, grande capacidade no assunto e compositor de renome mundial”⁵.

A legislação sobre a educação musical escolar encontrada no Arquivo Público Mineiro permite perceber o processo de implementação do canto como disciplina escolar

⁴ Sobre o cancionário escolar de Branca de Carvalho e Arduíno Bolívar, Flavio Couto e Silva de Oliveira defendeu, em 2004, sua tese de doutorado sobre a educação musical nas escolas primárias de Minas Gerais nas primeiras décadas do século XX. Nesta tese, o autor citado analisa de forma clara e coerente a importância da obra de Branca e Arduíno para a propagação e implementação da educação musical no referido estado.

⁵ VASCONCELLOS, Branca de Carvalho. A música no Ensino Público. in: REVISTA DO ENSINO. Organismo Oficial da Directoria da Instrução. Ano VIII, número 68/70- Belo Horizonte, 1932, pág.48.

em Minas Gerais e mais especificamente em Belo Horizonte. Foram encontrados cerca de quatorze decretos assinados pelos presidentes do Estado, dispondo sobre a organização da educação musical nos ensinos primário e normal, entre os anos de 1924 e 1934, o que permite perceber que a educação musical já era tratada anteriormente ao período delimitado por esta comunicação. No que se refere ao canto orfeônico, a utilização desta modalidade de ensino se tornou obrigatória pelo decreto nº 19890, de 18 de abril de 1931 e se estendeu a todos os estabelecimentos de ensinos primário e secundário do país pelo decreto nº 24794, de 14 de julho de 1934⁶.

No mesmo artigo, Branca de Carvalho escreve sobre a necessidade de uma boa escolha dos repertórios musicais a serem utilizados na educação. Este repertório não deveria incluir o que ela chamava de “músicas de massas”, a saber o tango, o fox trot e as cançonetas. Estas músicas seriam vulgares e não se prestariam ao bem educar das pessoas, além do fato das mesmas serem estrangeiras.

“Essa música, chamada música vulgar, tão diferente da autentica musica popular, evidentemente precisa ser substituída. A primeira cousa a fazer nesse sentido é, pois, procurara afastar essa musica vulgar, de maneira a irmos conseguindo pouco a pouco um interesse mais seguro pela arte magnífica dos sons, inculcando nas crianças, com o amor do canto, o gosto pela verdadeira musica, seria e bem feliz”⁷.

Interessante perceber nesta passagem a discussão recorrente no país sobre qual seria a verdadeira música brasileira. Percebe-se forte influência do pensamento modernista, principalmente no que se refere ao debate levantado por Mario de Andrade na obra Ensaio sobre a música brasileira, de 1928, sobre a música popular. Importante salientar que, a partir de 1925, Mario de Andrade escreveu vários artigos em revistas publicadas na capital mineira, principalmente n’A Revista, periódico dirigido por Carlos Drummond de Andrade e que sintetizava o pensamento modernista brasileiro, mais especificamente o da corrente denominada por Helena Bomeny, em Guardiães da Razão, de “modernistas mineiros”. Seguindo ainda no pensamento modernista, Levindo Lambert, em artigo publicado na Revista em 1933 ensaia sobre a importância dos cantos populares em oposição ao que ele chama de canção popular. Esta estaria repleta da tristeza, decantada pelos poetas brasileiros, prestando um desserviço à nação. Para este autor, a canção ideal seria a folclórica e deveria ser pura, sem as misturas entre portugueses, índios e africanos.

⁶ Coleção de leis e decretos de 1931 e 1934.

⁷ VASCONCELLOS, Branca de Carvalho. A música no Ensino Público. in: REVISTA DO ENSINO. Organ Oficial da Directoria da Instrução. Ano VIII, número 68/70- Belo Horizonte, 1932, pág.50.

“Não se confunda canção popular com cantos populares. Estes são transitórios: passam logo. Tem a vida curta. Quasi sempre vão de um a outro carnaval... Aqueles constituem o forclorismo. Não passam. Ficam para todo o sempre na alma nacional, fazendo a tradição viva do nosso sentimentalismo.”⁸

Abel Fagundes, em outro artigo, analisa as canções selecionadas pelos educadores musicais mineiros, cheias, segundo ele, de um ranço decadente e antigo provindo da influência parnasiana que contaminava a produção das canções. Esta também era uma questão levantada pelos modernistas. O autor condenava, ainda, a forma como as aulas eram conduzidas. Para Fagundes, as professoras “todas poderosas” não respeitariam a individualidade das crianças nem as demandas surgidas das classes, decorrentes, segundo ele, das especificidades próprias das faixas etárias. Nota-se aí um forte apego às idéias escolanovistas, que defendiam uma educação calcada no educando, respeitosa das demandas específicas de cada idade. Estas idéias circularam no Brasil durante a primeira metade do século XX e foram bastante discutidas em Minas Gerais.

“De fato o canto, como habitualmente se pratica nos estabelecimentos de ensino, não produz nenhum resultado educativo. Os livros e canções em uso nas escolas são paupérrimos nos motivos e absolutamente carentes de interesse para o espírito infantil. São poesias da lavra de acadêmicos, de literatos de prôa, vasadas em linguagem castiça, às vezes mas rebuscada, metafórica, inçadas de violentas inversões, o que faz da criança um papagaio a repetir cousas cujo sentido não apreende.”⁹

Os autores analisados nesta comunicação defendiam um modelo de educação denominado intuitivo, baseado principalmente nas idéias de Dalcroze, que ensinava as crianças a solfejar. Este método é baseado na audição e imitação. As professoras cantariam com gosto e entusiasmo, prestando atenção na melhor articulação possível das palavras, objetivando despertar nas crianças o gosto pelas canções e a fixação das melodias¹⁰.

Para Branca de Carvalho, em artigo publicado em 1932, a música deveria ser ministrada conjuntamente com a prática da ginástica rítmica, o que ela denomina de “educação plástico- musical”.

“Vemos, pois, como estão inteiramente ligadas estas duas artes- a musica e a ginástica. A adoção, portanto, da ginástica ritimica como iniciação da educação musical, seria, mais uma inovação proveitosa e que corresponderia perfeitamente ao espírito da escola moderna, que visa

⁸ LAMBERT, Levindo. Cantos Escolares. in: REVISTA DO ENSINO. Orgam Official da Directoria da Instrucção. Ano IX, número 87/89- Belo Horizonte, 1933, pág.31.

⁹ FAGUNDES, Abel. A propósito do Canto. in: REVISTA DO ENSINO. Orgam Official da Directoria da Instrucção. Ano IX, número 87/89- Belo Horizonte, 1933, pág.09.

¹⁰ FAGUNDES, Abel. A propósito do Canto. in: REVISTA DO ENSINO. Orgam Official da Directoria da Instrucção. Ano IX, número 87/89- Belo Horizonte, 1933, pág.11.

criar a harmonia entre o espírito e o corpo e despertar na alma da mocidade a ânsia irresistível de perfeição, de beleza e de verdade”.¹¹

Nota-se nesta passagem a influência que o discurso médico higienista exercia na educação brasileira do período em questão. Neste contexto, ao lado dos argumentos de caráter moral, estético e cívico, as idéias higienistas foram utilizadas em defesa da utilização do canto nos currículos escolares. Desse modo o canto figurava nas escolas como parte importantíssima do desenvolvimento físico, intelectual e moral das crianças. Os exercícios respiratórios utilizados nas práticas do canto seriam vitais para o desenvolvimento e fortalecimento dos pulmões dos educandos, devendo também preocupar-se com o ambiente onde esta prática seria exercida. O ambiente em questão deveria ser arejado, bem ventilado e com iluminação adequada. O canto prestaria-se a educar a voz e fortalecer os pulmões. As canções e hinos utilizados deveriam despertar nos alunos o gosto pela arte, o amor ao trabalho, à pátria e a natureza (OLIVEIRA, 2004, p. 136).

Mas o canto precisaria ser utilizado com critério e rigor. A utilização negativa do canto traria malefícios aos educandos, principalmente no tocante às questões estéticas, sem deixar também de prejudicar a saúde vocal das crianças.

“se nenhum mal há, segundo asseveram os higienistas, em que a criança cante, o mesmo não acontece se o canto é feito a plenos pulmões, gritando, irritante. E comumente é o que se vê. Sem controle e sem guia, a criança, levada pela emulação, alteia a vozinha delicada, cada vez com maior esforço, porque o companheirinho também grita, e é de seu gosto sobrepuja-lo na força e na altura. E o canto se torna, então, uma gritaria estridente: musica dissonante e letra ininteligível. Perde aquela suavidade que devera ser a característica dos cantos coletivos, capaz de despertar na alma das crianças sentimentos e emoções artísticas”.¹²

CONCLUSÃO

Percebe-se, pelos artigos publicados na Revista do Ensino, a importância do canto orfeônico no projeto educacional brasileiro dos anos 30 e mais especificamente em Minas Gerais. As variadas formas de se promover a educação moral, cívica e estética da população executadas pelo sistema educacional ajudaram na consolidação de padrões de comportamento e civilidade adequados às novas configurações sócio- políticas e culturais

¹¹ VASCONCELLOS, Branca de Carvalho. A música no Ensino Público. in: REVISTA DO ENSINO. Organ Oficial da Directoria da Instrucção. Ano VIII, número 68/70- Belo Horizonte, 1932, pág.55.

¹² LAMBERT, Levindo. Cantos Escolares. in: REVISTA DO ENSINO. Organ Oficial da Directoria da Instrucção. Ano IX, número 90/91- Belo Horizonte, 1933, pág.39.

pelas quais o país atravessava nas primeiras décadas do século passado. Neste contexto, o canto orfeônico foi um instrumento importantíssimo na divulgação dos ideais alinhados aos do governo Vargas, fato este comprovado com a política de centralização do canto orfeônico nas mãos de Villa Lobos com a criação, respectivamente da SEMA, Superintendência da Educação Musical e Artística¹³ e do CNCO, Conservatório Nacional de Canto Orfeônico¹⁴. Mas esta política centralizadora, em Minas Gerais, foi configurada em um formato um pouco diferenciado, como podemos comprovar nos artigos selecionados da Revista do Ensino. A linha editorial da revista apregoava um modelo de educação que privilegiava o impulso criativo dos alunos em oposição às práticas pedagógicas mais rígidas. O canto, em Minas Gerais foi calcado no equilíbrio entre o cívico e o estético, entre as boas intenções de seus pensadores e a inoperância de seus executores, tendo atingido, nas décadas de 50 e 60 seu mais alto estágio de desenvolvimento. O canto orfeônico permaneceu nas escolas brasileiras até a promulgação da lei nº 5692, de 1971, quando foi substituído pela disciplina denominada Educação Artística, disciplina esta que englobou música, teatro, artes plásticas e dança. A união de manifestações artísticas tão distintas em uma única disciplina contribuiu para que as mesmas obtivessem grandes prejuízos no que diz respeito ao seu conteúdo e aproveitamento. Isto ocorre, a princípio, pela especialização dos professores em uma determinada área, relegando as outras ao mero papel de coadjuvantes na execução da disciplina. As artes, geralmente, tem grande trânsito com as crianças, visto que sua ludicidade e a aparente informalidade lhes permitem romper com o ainda presente tradicionalismo escolar. A sua posição inferior na hierarquia escolar não condiz com o importante papel que poderiam desempenhar para as comunidades escolares, se fossem trabalhadas distintamente, acompanhadas por professores especialistas nas diversas áreas de conhecimento artísticos..

FONTES:

Artigos sobre canto orfeônico e educação musical, selecionados na Revista do Ensino no período compreendido entre 1932 e 1938, em ordem cronológica.

¹³ Em 1932, Villa-Lobos assumiu a direção da Superintendência da Educação Musical e Artística (SEMA) das Escolas Públicas do Rio de Janeiro, fundada pelo educador Anísio Teixeira. A SEMA, foi baseada na reforma que instituiu o ensino obrigatório de Canto Orfeônico no Município do Rio de Janeiro (Decreto 19.890 de 18 de abril de 1931)

¹⁴ O sucesso da SEMA e das atividades decorrentes resultou na formação do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, em 1942. Tratava-se de uma instituição modelar, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, que se propunha a criar um centro de estudos de educadores musicais gabaritados. O Conservatório teria incumbência não só de formar professores, como também orientar e fiscalizar todas as iniciativas do canto orfeônico no país inteiro

VASCONCELLOS, Branca de Carvalho. A música no Ensino Público. in: REVISTA DO ENSINO. Orgam Official da Directoria da Instrucção. Ano VIII, número 68/70- Belo Horizonte, 1932, páginas 48-55.

FAGUNDES, Abel. A propósito do canto. in: REVISTA DO ENSINO. Orgam Official da Directoria da Instrucção. Ano IX, número 87/89- Belo Horizonte, 1933, págs. 9-11.

LAMBERT, Levindo. Cantos escolares. in: REVISTA DO ENSINO. Orgam Official da Directoria da Instrucção. Ano IX, número 87/89- Belo Horizonte, 1933, págs. 29-34.

LAMBERT, Levindo. Cantos escolares. in: REVISTA DO ENSINO. Orgam Official da Directoria da Instrucção. Ano IX, número 90/91- Belo Horizonte, 1933, págs. 38-47.

SAULO, Tersanje. Aula de música. in: REVISTA DO ENSINO. Orgam Official da Directoria da Instrucção. Ano IX, número 96- Belo Horizonte, 1933, págs. 17-20.

LAMBERT, Levindo e COUTO, R.. Canção de um crepúsculo. in: REVISTA DO ENSINO. Orgam Official da Directoria da Instrucção. Ano X, número 98/100- Belo Horizonte, 1934, págs. 36-37.

DUMAS, Lous. O coração que canta. in: REVISTA DO ENSINO. Orgam Official da Directoria da Instrucção. Ano X, número 98/100- Belo Horizonte, 1934, págs. 56-63.

BILAC, Olavo. Saudação as árvores. in: REVISTA DO ENSINO. Orgam Official da Directoria da Instrucção. Ano X, número 102- Belo Horizonte, 1934, págs. 44-45.

LAMBERT, Levindo. Canção do garoto. in: REVISTA DO ENSINO. Orgam Official da Directoria da Instrucção. Ano X, número 105- Belo Horizonte, 1934, págs. 49-52.

VALE, Flausino. Canto coral. in: REVISTA DO ENSINO. Orgam Official da Directoria da Instrucção. Ano X, número 109- Belo Horizonte, 1934, págs. 81-89.

CRUZ, Georgina Machado. O canto nas escolas. in: REVISTA DO ENSINO. Orgam Official da Directoria da Instrução. Ano XI, número 98/100- Belo Horizonte, 1935, págs. 05-09.

LAMBERT, Levindo e PINHO, Durval. Hymno ao Brasil. in: REVISTA DO ENSINO. Orgam Official da Directoria da Instrução. Ano XI, número 111- Belo Horizonte, 1935, págs. 152-153.

CHEVAIS, M. A propósito de peças de música clássica. in: REVISTA DO ENSINO. Orgam Official da Directoria da Instrução. Ano XI, número 111- Belo Horizonte, 1935, págs. 157-170.

MELO, Carmen de. Glória Verde. in: REVISTA DO ENSINO. Orgam Official da Directoria da Instrução. Ano XI, número 120/121- Belo Horizonte, 1935, págs.134-135.

BRAGA, Levi. Linda roseira. in: REVISTA DO ENSINO. Orgam Official da Directoria da Instrução. Ano XIII, número 137- Belo Horizonte, 1937, págs. 41-44.

MELGAÇO, Luis. Prelúdio para piano. in: REVISTA DO ENSINO. Orgam Official da Directoria da Instrução. Ano XIV, número 146/147 - Belo Horizonte, 1938, págs. 48-49.

GRANDINETI, Silvia. Canto coral. in: REVISTA DO ENSINO. Orgam Official da Directoria da Instrução. Ano XIV, número 152-154 - Belo Horizonte, 1938 págs. 34-37.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Rui. *Obras completas*.. Volume X, tomos I, II e III, 1883. In. *Reforma do ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública*. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1946.

BICCAS, Maurilane de Souza. *O impresso como estratégia de formação de professores(as) e de conformação do campo pedagógico em Minas Gerais: o caso da Revista do Ensino (1925-1940)*. Tese, FaE-USP. São Paulo, 2001 (vol.1, vol.2, vol.3)

BOMENY, Helena. *Guardiões da Razão: Modernistas mineiros*. São Paulo, Tempo Brasileiro, 1994.

_____ *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro; FGV, 2001.

_____ *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/ FGV, 2000.

CONTIER, Arnaldo. *Modernismos e brasilidades: música, utopia e tradição*. São Paulo, Cia das Letras, 1992.

DUTRA, Eliane de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Belo Horizonte, UFMG, 1997.

GALINARI, Meliandro Mendes, *Estratégias político – discursivas do estado Vargas: Uma análise semiolinguística dos hinos de Villa-Lobos*. [Manuscrito] – FALE, UFMG. 2004.

GOMES, Ângela de Castro. *O ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro, FGV, 2000

OLIVEIRA, Flavio Couto e Silva de. *O canto civilizador: música como disciplina escolar nos ensinos primário e normal de Minas Gerais, durante as primeiras décadas do século XX*. [Manuscrito]- FaE, UFMG. 2004

SCHWARTZMAN, Simon (org.) *Estado Novo, um auto retrato (arquivo Gustavo Capanema)*. Editora Universidade de Brasília, 1982.

_____ *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: *500 anos de educação no Brasil*. LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de;

VEIGA, Cynthia Greive (orgs). Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WISNICK, José Miguel. *O Orfeão do Estado Novo - Esse Coqueiro que dá Coco*. O Nacional e O Popular Na cultura Brasileira, s.r.